

<b>Subeixo 1</b>				
<b>O Lugar da Vigilância em Saúde no SUS</b>				
<b>Propostas procedentes dos GT</b>	<b>GT</b>	<b>Redação final</b>	<b>Abrangência</b>	<b>Análise plenária</b>
1. Obrigatoriedade da utilização de um sistema único informatizado interligado para que todos os setores de saúde do território nacional consigam obter informações a cerca dos usuários por meio do cartão nacional de saúde (CNS), substituindo com caráter de extinção os sistemas privados paralelos que alimentam o sistema único federal.	01		Nacional Estadual	Aprovada
2. Dar visibilidade dos serviços prestados da vigilância em saúde aos usuários, por meio do aprimoramento dos canais de comunicação com a sociedade para que esta perceba a importância da vigilância em saúde na vida de cada cidadão.	01		Estadual	Aprovada
3. Garantir representação da vigilância em saúde nos conselhos de saúde.	01		Nacional Estadual	Aprovada
4. Fortalecer e ampliar as ações voltadas à saúde do trabalhador, com foco na redução dos índices morbimortalidade, por meio de: periodicidade das inspeções, ações de educação, prevenção de acidentes de trabalho, do incentivo a pesquisa envolvendo a saúde do trabalhador.	01		Nacional Estadual	Aprovada
5. Garantir que as questões sanitárias continuem sendo reguladas pela ANVISA, sendo proibido que leis venham a ser aprovadas sobrepondo a regulação existente.	01		Nacional Estadual Municipal	Aprovada

6. Garantir que as questões sanitárias continuem sendo reguladas pela ANVISA proibindo que leis sejam aprovadas descumprindo essa premissa	05		Nacional Estadual Municipal	Suprimida
7. Criar uma escola de gestores para aprimorar o conhecimento dos gerentes dos serviços de saúde, prefeitos, sobre a logística da Vigilância em Saúde, abrindo espaços para discussão de conteúdos de Vigilância em reuniões técnicas administrativas e também possibilitando a organização da Vigilância local, como espaço físico e profissional de nível universitário responsáveis pelo setor, que tenham o perfil adequados para exercerem seu papel de multiplicadores junto aos demais funcionários dos outros serviços.	02		Estadual	Aprovada
8. A Vigilância em Saúde do Trabalhador deve atuar em conjunto com a Vigilância Epidemiológica, Sanitária e Ambiental, realizando busca ativa de agravos relacionados à saúde dos trabalhadores em conjunto com todos os níveis de assistência.	02		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
9. Garantir que serviços relacionados à Saúde do Trabalhador com abrangência Macrorregional, já existentes funcionem adequadamente e sejam implementados entidades sentinelas em cada município.	02		Nacional Estadual	Aprovada

10. Firmar parcerias com entidades não governamentais que atuam na Saúde do Trabalhador para o desenvolvimento de pesquisas para a geração de dados que subsidiem a Vigilância em Saúde.	02		Estadual Municipal	Aprovada
11. Possibilitar que a Vigilância em Saúde seja norteadora do modelo de Atenção à Saúde para redução do risco de doenças e de outros agravos e garantia da promoção, proteção e recuperação da saúde.	05		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
12. Garantir a educação permanente aos profissionais de saúde quanto às notificações compulsórias, conferindo à Vigilância Epidemiológica autoridade de regulação/fiscalização das ações de notificação de agravos.	05		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
13. Inserir a Vigilância em Saúde nas RAS (Rede de atenção à saúde) com definição das linhas de cuidado, conferido maior enfoque aos agrupamentos de agravos e determinantes de saúde.	05		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
14. Garantir a ação conjunta e integrada das ações das vigilâncias (epidemiológica, sanitária, ambiental e de saúde do trabalhador).	05		Nacional Estadual Municipal	Aprovada

<b>Subeixo 2</b>				
<b>Responsabilidades do Estado e dos Governos com a Vigilância em Saúde</b>				
<b>Propostas procedentes dos GT</b>	<b>GT</b>	<b>Redação final</b>	<b>Abrangência</b>	<b>Análise plenária</b>
15. Garantir que parte do repasse do PQA VS (Programa de Qualificação de Ações em Vigilância em Saúde) seja destinada aos profissionais da vigilância que atingirem metas setoriais, em forma de gratificação.	01		Nacional Estadual	
16. Legislação que contemple a Vigilância em Saúde dentro da estrutura da Secretaria de Saúde com incentivo financeiro/PQA VS (Programa de Qualificação de Ações em Vigilância em Saúde) e prevendo produtividade (atrelado ao cumprimento de metas).	05	Legislação que contemple a Vigilância em Saúde dentro da estrutura da Secretaria de Saúde com incentivo financeiro/PQA VS (Programa de Qualificação de Ações em Vigilância em Saúde) no máximo de 50% e prevendo produtividade (atrelado ao cumprimento de metas).	Nacional Estadual Municipal	Aprovada  DESTAQUE
17. Garantir que os recursos referentes ao bloco de financiamento de vigilância em saúde, conforme a portaria do Ministério da Saúde 204 de 29 de janeiro de 2007 seja aplicada exclusivamente nas ações da vigilância em saúde.	01		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
18. Revogação da EC 95 que congelou o orçamento destinado à saúde e a educação pelos próximos 20 anos, permitindo que a destinação dos recursos para investimentos públicos considere a progressão do PIB, o avanço da economia, a inflação e a	01		Nacional	Aprovada

exploração do Pré-Sal.				
19. Fortalecer as políticas das áreas de proteção ambiental e áreas de preservação permanente.	03	Fazer cumprir as políticas das áreas de proteção ambiental e áreas de preservação permanente.	Nacional Estadual Municipal	Aprovada
20. Implantar de fato a vigilância em saúde na atenção básica, deixando de ser uma atividade que a UBS faz para a vigilância central e passando a ser uma atividade de atenção primária, com base a sua realidade, com responsabilidade da equipe pelos indicadores da sua população e com competência para as ações que são necessárias, incluindo todas as vigilâncias – epidemiológica, sanitária, ambiental e de saúde do trabalhador	03		Estadual	Suprimida
21. Reorganização da vigilância a partir da atenção básica, deixando de ser uma atividade que a UBS faz para a Vigilância Central e passando a ser uma atividade da atenção primária, com base na sua realidade, com responsabilidade da equipe pelos indicadores da sua população e com competência para as ações que são necessárias, incluindo todas as vigilâncias – epidemiológica, sanitária, ambiental e de saúde do trabalhador.	02		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
22. Possibilitar formação com visão integralizada e integrada com as demais áreas da saúde (Atenção Básica, serviço especializado, Controle Social, outros) com garantia de educação permanente.	05	Possibilitar formação com visão integrada da vigilância em saúde para com as demais áreas da saúde (Atenção Básica, serviço especializado, Controle Social, outros) com	Nacional Estadual Municipal	Aprovada

		garantia de educação permanente.		
23. Garantir custeio e investimento para a Vigilância em Saúde estabelecido nos instrumentos de Gestão (plano municipal de saúde, programação anual de saúde e PPA), com prestação de contas conforme a Lei nº 142/2012.	05		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
24. Garantir equipe mínima de Vigilância em Saúde de acordo com o porte populacional de cada município, com vínculo estável para subsidiar planejamento, coordenação e supervisão das atividades relativas à coleta, registro, processamento, análise, apresentação e difusão de dados e geração de informações em saúde.	05	Garantir equipe apropriada de Vigilância em Saúde de acordo com o porte populacional e características específicas de cada município, com vínculo estável para subsidiar planejamento, coordenação e supervisão das atividades relativas à coleta, registro, processamento, análise, apresentação e difusão de dados e geração de informações em saúde.	Nacional Estadual Municipal	Aprovada
25. Garantir a representatividade da Vigilância em Saúde nos Conselhos Municipais de Saúde e fortalecimento/criação da Câmara Técnica em Vigilância em Saúde Regional.	05	Já tem no eixo 1	Estadual Municipal	Aprovada
26. Melhorar o aporte financeiro nacional para a Vigilância em Saúde com criação de um bloco específico de financiamento para a Vigilância em Saúde.	02	Garantir aporte financeiro para a vigilância em Saúde com compromisso da gestão no custeio e investimento de suas ações.	Nacional Estadual Municipal	Aprovada
27. Colocar no plano Municipal de Saúde o direcionamento de determinado valor para a Vigilância em Saúde em forma de lei.	02	Colocar nos planos de Saúde o direcionamento de determinado percentual apropriado para a Vigilância em Saúde em	Nacional Estadual Municipal	Aprovado

		forma de lei.		
28. O cumprimento das obrigações Estado de Santa Catarina no financiamento em Saúde.	02	Garantir o cumprimento das obrigações do Estado de Santa Catarina no financiamento em Saúde.	Estadual	Aprovada
29. Dar autonomia aos municípios para que sejam aplicados os recursos financeiros conforme sua realidade, sem comprometer os programas de âmbito Nacional conforme o diagnóstico situacional do município fortalecendo a integração regional.	02		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
30. Garantir incentivo financeiro Nacional para reorganizar as Vigilâncias em Saúde, quanto à estrutura física e formação de equipe observando qualificação e formação técnica específica para o desenvolvimento das ações propostas, garantidas com um serviço público não passível de terceirização.	02		Nacional Estadual Municipal	Aprovada

**Subeixo 3**  
**Saberes, Práticas, Processos de Trabalhos e Tecnologias na Vigilância em Saúde**

<b>Propostas procedentes dos GT</b>	<b>GT</b>	<b>Redação final</b>	<b>Abrangência</b>	<b>Análise plenária</b>
31. Grupo técnico intersetorial para a educação permanente, divulgação do trabalho executado pelas vigilâncias e da importância das mesmas, gerando um auxílio para o grupo de trabalho de campo. Com suporte das regionais.	01		Nacional Estadual	Aprovada
32. Aprimoramento do processo de descarte correto dos resíduos de saúde (químico/biológico) com a realização de campanhas que alertem a população sobre os riscos à saúde e ao meio ambiente.	01	Aprimoramento do processo de descarte correto dos resíduos (químico/biológico) com a realização de campanhas que alertem a população sobre os riscos à saúde e ao meio ambiente.	Nacional Estadual Municipal	Aprovada
33. Revogação do decreto presidencial de maio de 2017 que libera a educação à distância para cursos de graduação na área da saúde, contrariando a Resolução N°155, de 07 de outubro de 2016, do Conselho Nacional de Saúde	01		Nacional	Aprovada
34. Realização de investimento em tecnologias e em qualificação dos trabalhadores da Vigilância em Saúde.	05		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
35. Garantir os insumos para testes rápidos, e para o LACEN para realização dos exames de referência.	05		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
36. Promover a acessibilidade às Ações de vigilância em saúde com ações descentralizadas, matriciais e transversais nos diferentes níveis de atenção do SUS.	05		Nacional Estadual Municipal	Aprovada



37. Fortalecer a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora com reorganização dos processos de trabalho nos diferentes níveis de atenção, visando à promoção e a proteção da saúde.	05		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
38. Garantir integração das informações da Vigilância em Saúde ao E-SUS com disponibilização das informações em tempo real.	05		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
39. Integração das Vigilâncias com Reunião periódica com construção e execução de plano de ação integrado.	02		Nacional Estadual Regional Municipal	Aprovada
40. Estimular a integração dos vários conselhos existentes no território como: educação, saúde, segurança, ambiental, com reuniões periódicas, em busca de soluções dos vários problemas relacionados à Vigilância em Saúde, incentivando a participação social.	02		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
41. Garantir para 100% da população água potável, saneamento básico bem como sistema de tratamento de resíduos.	02		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
42. Garantir que o município receba as denúncias relacionadas à assistência hospitalar e ambulatorial criando comitê de acolhimento para investigação de procedimentos hospitalares e acesso ao atendimento, com representantes, da vigilância em saúde, municipal e estadual, ministério público, advogado da	02	Garantir que os governos municipal, estadual e federal recebam as denúncias relacionadas à assistência hospitalar e ambulatorial criando comitê de acolhimento para investigação de procedimentos	Nacional Estadual Municipal	Aprovada

prefeitura, membros do conselho municipal de saúde, serviço de verificação de óbito e outros.		hospitalares e acesso ao atendimento com representantes da vigilância em saúde, ministério público, procuradoria, membros do conselho de saúde, serviço de verificação de óbito e outros.		
43. Incentivo a agricultura familiar, com produção de produtos orgânicos com possibilidade de competitividade no mercado, e sendo incorporados a programas para melhoria da merenda escolar e incentivo a horta domiciliar e escolar	02		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
44. Promover a educação em saúde para a população em geral dando ênfase nas escolas.	02	Efetivar a educação em saúde para a população em geral dando ênfase nas escolas e instituições de ensino.	Nacional Estadual Municipal	Aprovada
45. Incentivo e implementação de técnicas alternativas de controle de vetores, por meio do fomento e incentivo financeiro a pesquisa.	02		Nacional	Aprovada
46. Construir e estabelecer coletivamente protocolos para linhas de trabalho de integração das ações da Vigilância em Saúde com avaliações periódicas.	03		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
47. Normatizar o número de profissionais para as equipes de Vigilância em Saúde de acordo com o número de habitantes e especificidades do território.	03	Normatizar e financiar os profissionais para as equipes de Vigilância em Saúde de acordo com o número de habitantes e especificidades do território;	Nacional Estadual Municipal	Aprovada

48. Fortalecer os modelos de educação permanente que utilizem metodologias ativas e inovadoras de ensino aprendizagem para os trabalhadores de saúde;	03		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
49. Fortalecer e fazer cumprir a prática de políticas reversas dos resíduos, aplicando sanções financeiras aos transgressores.	03	Fortalecer e fazer cumprir a prática de políticas de logística reversa dos resíduos, aplicando sanções financeiras aos transgressores.	Nacional Estadual Municipal	Aprovada
50. Incentivar políticas públicas de padronização de rótulos e embalagens de alimentos processados industrialmente de modo a minimizar o consumo destes produtos, informando os malefícios dos mesmos.	03		Nacional Estadual Municipal	Aprovada

<b>Subeixo 4</b>				
<b>Vigilância em Saúde Participativa e Democrática para Enfrentamento das Iniquidades Sociais em Saúde</b>				
<b>Propostas procedentes dos GT</b>	<b>GT</b>	<b>Redação final</b>	<b>Abrangência</b>	<b>Análise plenária</b>
51. Garantir o acesso facilitado aos dados obtidos por meio do trabalho executado (boletins/relatórios) pelas vigilâncias, devendo ser atualizado e divulgado periodicamente em jornais, rádios, sites oficiais, portais municipais.	01		Nacional Estadual Municipal	Aprovada

52. Sensibilizar com informações acessíveis e instrumentalizar a população para a participação das ações de vigilância em saúde, por meio das organizações da sociedade civil.	03		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
53. Colocar em prática as políticas de vigilância como vigi-solo, vigi-agua e vigi-ar.	03	Fazer cumprir as políticas de Saúde Ambiental (vigi-solo, vigi-agua, vigi-peq, vigi-desastres, vigi-fese vigi-ar)	Nacional Estadual Municipal	Aprovada
54. Incentivar consumo de produtos orgânicos na merenda escolar da rede pública mediante legislação específica.	03	Fazer cumprir o consumo de produtos orgânicos na merenda escolar da rede pública mediante legislação específica.	Nacional Estadual Municipal	Aprovada
55. Orientação da vigilância em Saúde de forma universal, integrada, participativa e territorial, tendo como protagonista a sociedade e os trabalhadores da vigilância.	03		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
56. Estruturação da vigilância em saúde, no que se refere aos profissionais, com contratação de servidores por meio de concurso público específico, com formação de equipe multiprofissional, com o aumento do coeficiente de proporcionalidade da contratação por número de habitantes, e com a valorização dos profissionais estabelecendo plano de cargos e salários, gratificações e adicional por insalubridade, baseado na NR 15.	04	Estruturação da vigilância em saúde, no que se refere aos profissionais, com contratação de servidores por meio de concurso público específico, com formação de equipe multiprofissional, com o aumento do coeficiente de proporcionalidade da contratação por número de habitantes e características específicas do município, e com a valorização dos profissionais estabelecendo plano de cargos e salários, gratificações e adicional por insalubridade, baseado na NR 15.	Nacional Estadual Municipal	Aprovada

57. Capacitar um profissional do quadro das unidades de saúde, em vigilância em saúde, para intervir como multiplicador das ações/informações da vigilância diretamente no território de forma contínua, atuando como um elo entre a comunidade e as vigilâncias.	04		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
58. Implantar um núcleo de vigilância de saúde composto por um membro titular de cada unidade de saúde; o núcleo terá agenda mensal para que este membro possa intervir como multiplicador das ações/informações de vigilância diretamente no território, sendo um elo entre as vigilâncias, equipe de saúde e comunidade.			Nacional Estadual Municipal	Aprovada pós inclusão
59. Formação de um núcleo intersetorial com o fim de garantir a aplicação do protocolo para atendimento às vítimas de violência, de forma integral, com ampla divulgação na sociedade.	04	Criar e ampliar a divulgação de um núcleo intersetorial com o propósito de garantir o atendimento às pessoas em situação de violência, de forma integral.	Nacional Estadual Municipal	Aprovada
60. Alterar, na normativa do ministério da saúde (portaria n. 204, de 29 de janeiro de 2007), o item que trata da utilização de recursos da vigilância, o qual atualmente disponibiliza a aplicação de recursos apenas para “reforma e ampliação”, para ser incluído o item “construção”.	04		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
61. Aprimoramento dos canais de comunicação com a sociedade para que esta perceba a importância da vigilância em saúde na	04		Nacional Estadual	Aprovada

vida de cada cidadão e, participe ativamente e de forma democrática na definição de ações e estratégias para o enfrentamento das iniquidades sociais. Inclusive, publicando semestralmente boletins informativos de vigilância em saúde, com dados epidemiológicos e sanitários da população adscrita, no âmbito municipal/estadual/federal.			Municipal	
62. Discutir um sistema de Vigilância em Saúde participativo (conselhos de saúde, conferências de saúde), tendo como protagonistas a sociedade e os trabalhadores da vigilância.	05	1) Supressão	Nacional Estadual Municipal	Aprovada a supressão
63. Analisar os modos de intervenção em Saúde na vida social e dos processos de trabalho da população.	05	Supressão	Nacional Estadual Municipal	Aprovada a supressão
64. Vigilância de base democrática, universal, participativa e territorial para enfrentamento das iniquidades.	05	Supressão	Nacional Estadual Municipal	Aprovada a supressão
65. Aprimorar as plataformas de informação em saúde, de forma rápida, acessível e atualizada, essenciais para formação de uma consciência sanitária.	05		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
66. Reconhecer a Vigilância em Saúde como ordenadora das ações de promoção e de proteção da saúde.	05		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
67. Obrigatoriedade de 100% de cobertura das micro áreas na ESF, com agentes comunitários de saúde e com manutenção desta	02	Manutenção de 100% de cobertura das micro áreas na ESF, com agentes comunitários de	Nacional Estadual	Aprovada

cobertura.		saúde e agentes de combate às endemias com manutenção desta cobertura.	Municipal	
68. Criar programas de informação para a comunidade no sentido de fortalecer os conselhos municipais e fomentar a participação popular nos mesmos, empoderando o Conselho Municipal de Saúde como órgão deliberativo e fiscalizador das ações de Vigilância em Saúde	02	Supressão	Nacional Estadual Municipal	Aprovada a supressão
69. Incentivo financeiro para reorganização do CIES	02		Nacional Estadual Regional	Aprovada
70. Reorganização da integração dos Conselhos Municipais de Saúde através de reuniões periódicas a nível Regional	02	Supressão	Regional	Aprovada a supressão